



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

JULGAMENTO DE RECURSO

Objeto – Impugnação ao edital – Pregão Presencial nº. 106/2018

Recorrente – Prolife Equipamentos Médicos Eireli.

Autoridade encarregada do Julgamento – Comissão de Licitação

RELATÓRIO

Prolife Equipamentos Médicos Eireli, já devidamente qualificada, impetrou o presente RECURSO, questionando os itens do edital – PREGÃO PRESENCIAL 87/2018, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Como é de conhecimento da empresa Recorrente, os Pregões 18/2018 e 48/2018 foram considerados desertos por falta de empresas que atendessem ao edital, sendo que a Recorrente nem mesmo participou do certame.

Além do mais, o item que sugere alteração de todo o certame é apenas 01, e tal item está devidamente justificado no processo licitatório, não havendo que se falar em direcionamento a determinada empresa.

Não fosse isso, na descrição do item 07 do Termo de Referência, estão abarcados todos os requisitos exigidos por lei e pelos



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

médicos que atuam no Município de Monte Carmelo para melhorar o atendimento prestado aos pacientes do SUS.

Dessa forma, não há nenhum impedimento legal no limite ali fixado, não merecendo amparo a pretensão de alteração do item 07. Vejamos:

PROCESSO CIVIL - TUTELA ANTECIPADA - LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS - DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE E REVOGAÇÃO DO CERTAME - NECESSIDADE DE PROVA DE VEROSSIMILHANÇA QUE AUTORIZA A MEDIDA PROCESSUAL DE URGÊNCIA. - A tutela antecipada pode ser deferida a qualquer tempo, inclusive após o encerramento da instrução e antes de proferida a sentença de mérito, desde que presentes os requisitos de que trata o CPC 273. Ausentes os requisitos ab initio, é prudente aguardar-se a citação do réu, para que o pedido, volte a ser analisado.- Prova inequívoca deve ser considerada aquela que apresenta um grau de convencimento tal que, a seu respeito, não possa ser oposta qualquer dúvida razoável, ou, em outros termos, cuja autenticidade ou veracidade seja provável.- Se ficou constatado, após análise por profissional capacitado, que o equipamento prestes a ser adquirido pela Administração não atendia aos requisitos do edital e à necessidade da Corporação e dos cidadãos, justifica-se a desclassificação da autora, após o que poderia a Administração revogar a licitação por razões de interesse e conveniência, sem que tenha a recorrente o direito de ver cumprido o contrato firmado, dada a sua desclassificação. (TJMG - Agravo de Instrumento 1.0024.07.689303-1/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 04/03/2008, publicação da súmula em 18/03/2008).

Sendo assim, a Impugnante não está obrigada a contratar com o Município de Monte Carmelo, mas se assim o fizer, deverá respeitar todo o disposto no edital e contrato, pois o interesse público deve prevalecer sobre o privado.

DA DECISÃO

Diante do exposto, nega-se provimento a presente Impugnação, tendo em vista os fundamentos lançados acima.

Monte Carmelo-MG, 17 de dezembro de 2018.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO
Pregoeiro